

NAÇÕES UNIDAS – ONU

52º Período de Sessões do Conselho de Direitos Humanos (27 de fev – 04 abr 2023)

Item 6 Debate Geral

Revisão Periódica Universal – RPU Brasil

Senhor Presidente

Falamos por várias organizações da sociedade civil brasileira, em particular daquelas que são parte do Coletivo RPU Brasil, com o qual atuamos na apresentação de informes e na incidência no 4º Ciclo do RPU Brasil.

O Estado brasileiro acolheu 301 recomendações, tomou nota parcial de três, ainda que como forma de esclarecimento, o que nos preocupa porque tratam de questões muito importantes para a sociedade brasileira. Temos certeza de que o compromisso com os povos indígenas e com os direitos sexuais e reprodutivos seguirá muito forte. Felicitamos por ter tomado plena nota das recomendações que tratam da família tradicional.

As organizações atuarão para monitorar as necessárias ações para implementar as recomendações. Destacamos as que tratam sobre defensores de direitos humanos propostas por 26 diferentes Estados. Necessária e a atenção especial para que se efetivem ações institucionais de prevenção dos riscos e para fortalecer a proteção popular feita pela sociedade civil. A tarefa principal de elaboração do Plano Nacional de Proteção a Defensores de Direitos Humanos determinada pela Justiça é fundamental, assim como a ratificação do Acordo de Escazú, instrumento importante para a proteção de defensores de direitos humanos e do meio ambiente.

O Brasil está num momento particularmente decisivo e importante para retomar com força os compromissos com direitos humanos. As recomendações são muito importante para a ação do Estado, mas também para o trabalho da sociedade civil .

Agradecemos, finalmente, pelo diálogo em todo o processo. Continuaremos atentos e vigilantes para as recomendações e sua implementação.

Muito Obrigado

Apresentação: Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)

Organização Co-Patrocinadora: Misereor

Organizações Aoiadoras: Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil (AMDH), Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH Brasil), Fórum Ecumênico Act Brasil, Processo de Articulação e Diálogo (PAD), Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e We World Brasil.